

A redação final foi fixada por unanimidade de
por Grupos Parlamentares do PS; PSD; BE; PCP; CDS;
PAN; IL, tendo sido acrescentado no Art.º 4.º,
n.º 2 a palavra com depois da palavra cessar, na
menção da Comissão Administrativa Pública, Moderni-
zação Administrativa, Descentralização e Poder Local no âmbito

DECRETO N.º /XIV 28 de Julho de 2020

Primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao Decreto-Lei n.º 27/2020,

de 17 de junho, que altera a orgânica das comissões de coordenação e

desenvolvimento regional

1.0
2020/07/28

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea c) do artigo 161.º da
Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º

Objeto

A presente lei procede à primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao Decreto-Lei
n.º 27/2020, de 17 de junho, que procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 228/2012,
de 25 de outubro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 68/2014, de 8 de maio, e 24/2015, de
6 de fevereiro, que aprova a orgânica das comissões de coordenação e desenvolvimento
regional, a fim de alterar a forma de designação do presidente e dos vice-presidentes.

Artigo 2.º

Alteração ao Decreto-Lei n.º 27/2020, de 17 de junho

Os artigos 3.º e 4.º do Decreto-Lei n.º 27/2020, de 17 de junho, passam a ter a seguinte
redação:

«Artigo 3.º

[...]

«Artigo 3.º-D

Candidaturas

(Revogado).

Artigo 3.º-E

Procedimentos

(Revogado).

Artigo 3.º-F

[...]

- 1 – O ato eleitoral realiza -se nos 90 dias seguintes às eleições para os órgãos das autarquias locais e é convocado pelo membro do Governo responsável pela área das autarquias locais com a antecedência mínima de 30 dias relativamente à data da sua realização, através de comunicação escrita dirigida às assembleias municipais da área geográfica de atuação da respetiva CCDR.
- 2 – O ato eleitoral para o cargo de presidente decorre nas instalações das Assembleias Municipais, sob a responsabilidade da respetiva mesa eleitoral.
- 3 – O ato eleitoral para o cargo de vice-presidente referido no n.º 3 do artigo 3.º-A decorre nas instalações das comunidades intermunicipais e das áreas metropolitanas, sob a responsabilidade da respetiva mesa eleitoral.
- 4 – [...].
- 5 – A Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL) acompanha o ato eleitoral nos termos do regulamento eleitoral aprovado pelo membro do Governo responsável pela área das autarquias locais e publicado na 2.ª Série II do Diário da República.
- 6 – No contencioso sobre o processo eleitoral cumpre ao tribunal central administrativo competente proferir decisão no prazo de quarenta e oito horas, a contar da data da receção dos autos.

Artigo 3.º -I

[...]

1 – [...].

2 – [...]:

a) [...];

b) [...];

c) Por extinção da CCDR;

d) Por deliberação do Governo, devidamente fundamentada, após audiência prévia do respetivo titular e ouvido o Conselho Regional da respetiva área geográfica, mediante resolução do Conselho de Ministros, nos casos previstos no número seguinte.

3 – Determinam a cessação do mandato do presidente e dos vice-presidentes nos termos da alínea *d)* do número anterior a verificação das seguintes circunstâncias:

a) [...];

b) (*Revogado*).

c) [...];

d) A grave violação dos princípios de gestão fixados nos diplomas legais e regulamentares aplicáveis.

4 – [...];

5 – [...];

6 – [...].»

Artigo 4.º

[...]

- 1 – Exceccionalmente, e em derrogação do disposto no artigo 3.º-F e no artigo 3.º-I do Decreto-Lei 228/2012, de 25 de outubro, no ano de 2020 o ato eleitoral realiza-se durante o mês de outubro, com um mandato de 5 anos.
- 2 – As comissões de serviço dos presidentes e dos vice-presidentes das CCDR que se encontrem em funções cessam a tomada de posse dos novos titulares.»

Artigo 3.º

Regulamentação

Sem prejuízo do disposto no artigo 3.º-C do Decreto-Lei n.º 228/2012, de 25 de outubro, aditado pelo Decreto-Lei n.º 27/2020, de 17 de junho, as matérias relativas à elegibilidade, candidaturas e procedimentos, relativos à eleição do presidente e dos vice-presidentes das CCDR, são regulamentadas pelo Governo, até ao 30.º dia posterior ao da entrada em vigor da presente lei.

Artigo 4.º

Norma Revogatória

São revogados os artigos 3.º-D e 3.º-E do Decreto-Lei 228/2012, de 25 de outubro, aditados pelo Decreto-Lei n.º 27/2020, de 17 de junho.

Artigo 5.º

Entrada em vigor

A presente lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovado em 23 de julho de 2020

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA,

(Eduardo Ferro Rodrigues)

